

Governo Lula não retomou 3,8 mil obras de educação

Gestão Lula não retomou nenhuma das 3.700 obras de educação paradas

Governo federal diz que processo burocrático é longo e que depende da agilidade dos municípios

Paulo Saldanha

BRASÍLIA O governo Lula (PT) ainda não retomou nenhuma das 3.783 obras de educação básica paradas em todo país após quase um ano do anúncio de um grande plano para destravar as construções. O MEC (Ministério da Educação), comandado por Camilo Santana, não conseguiu fechar um único contrato com prefeituras para permitir a retomada.

Retomar obras paradas, sobretudo de creches, é uma promessa do presidente desde o início do governo. Lula planeja eventos pelo país para inaugurações e o tema é tratado como prioridade no Palácio do Planalto.

Até agora, no entanto, o MEC não deu início a nenhuma obra com recursos federais desde o início do governo. Somente foram finalizadas construções que já estavam em execução.

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) diz, em nota, que o processo envolve várias etapas burocráticas, dependendo também da agilidade dos municípios. Afirma também que 46 projetos (1%) já estão prontos para assinatura do novo termo com o governo federal.

Ligado ao Ministério da Educação, o fundo é responsável pelas transferências e repactuações dos contratos. Nesse modelo, o governo federal financia as construções e os processos de contratação são iniciados pelas prefeituras e estados — que os conseguem iniciar os trâmites, como licitações, depois de firmarem termos com o União.

Essas quase 4.000 obras paradas, e que continuam abandonadas no governo Lula, estão em 1.664 municípios. Ao todo, 86% delas estão nas regiões Norte e Nordeste. Metade dos esqueletos de construções estão em quatro estados: Maranhão, Pará, Bahia e Ceará — que foi governado por Camilo até 2022.

Seis em cada dez obras paradas são de construções de escolas, mas há também quadras, coberturas, reformas e ampliações de salas de aula. Todas essas ações beneficiariam 741 mil alunos, de acordo com dados oficiais obtidos pela Folha.

A construção de novas creches é um dos maiores desafios do país. Cerca de 2,3 milhões de crianças até 3 anos estão fora de creches por dificuldade de acesso, o equivalente a 20% do total da faixa etária, segundo levantamentos do Movimento Todos Pela Educação.

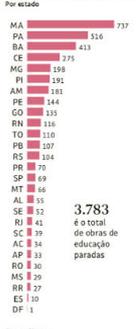
E é da educação infantil o maior volume de construções abandonadas. São 1.317 obras



O presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, em evento para jornalistas em Brasília

Todos os estados têm construções escolares paralisadas que aguardam repactuação

Obras de educação paradas



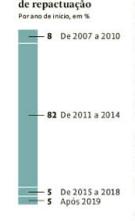
Repactuação do governo federal prevê correção de valores iniciais para retomada de obras



Tipo de obra parada, à espera de retomada



Obras em busca de repactuação



paradas nessa área, o equivalente a 35% do total. O ministro Camilo Santana anunciou o pacto pela retomada das obras em abril de 2023, no Congresso. Em maio de 2023, o governo publicou uma medida provisó-

ria para permitir a repactuação de obras contratadas com dinheiro federal, considerando reajustes nos valores contratados inicialmente. Com isso, prefeituras de todo país cadastraram milhares de obras. Em novembro, uma

lei foi sancionada com aquilo que, no geral, estava na medida provisória. Na sequência, mais municípios aderiram ao pacto. Assim, de 5.600 obras de educação abandonadas pelo país, houve manifesta-

bilhões. O FNDE já desembolsou R\$ 2,3 bilhões nesses projetos interrompidos. Os maiores motivos para que obras públicas sejam interrompidas são erros em projeto de engenharia e interrupção de pagamentos por parte do governo federal.

Do total de obras, 95% foram iniciadas há pelo menos dez anos (entre 2007 e 2014), ainda nos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff. Somente 5% são de contratações feitas após 2019.

O governo Jair Bolsonaro (PL) reduziu orçamentos, travou repasses e não conseguiu mudar a situação. Mas praticamente todas as obras paralisadas atualmente já estavam dessa forma quando ele assumiu.

Em nota, o FNDE afirmou que a repactuação prevê diligências técnicas iniciais e complementares, além de prazos amplos para que os entes possam ter tempo hábil de resposta. No início do mês, o órgão publicou ato permitindo novo prazo limite para que os municípios respondam as diligências técnicas.

A retomada depende em larga medida da proatividade de dos entes federativos no levantamento e envio da correta documentação e cumprimento de todas as etapas e diligências, afirma o fundo. O FNDE também disse que o lapso temporal entre a perda da vigência da medida provisória e a sanção da lei provocou maior demora no processo. Atualmente, temos 875 obras em análise pelo FNDE, enquanto 2.662 estão em diligência, que é quando o ente já teve os documentos analisados pelo FNDE, mas precisa retornar corrigindo ou incluindo algo, diz a nota.

Sobre falta de equipe, o órgão afirma que está em processo de contratação de 40 profissionais e também há previsão de 60 contratos de forma temporária. A avaliação de integrantes do governo é de que houve falhas de gestão, sobretudo, falta de equipes no fundo para tocar com agilidade as diligências técnicas. A lentidão tem provocado pressões dentro do governo contra o ministro da Educação, segundo relatos colhidos no Planalto e na Casa Civil.

A própria expectativa de Lula com o tema é que mais infla as pressões. Ele tem falado disso desde a primeira reunião ministerial, em 6 de janeiro de 2023.

“Temos 4.000 obras na área de educação paralisadas”, disse Lula na ocasião. “A gente vai ter que colocar a mão na massa para que a gente possa produzir e reconstruir melhorando a educação”. A avaliação no governo é de que o cenário tem desafiado o presidente do FNDE, Fernando Pucobalyba — o cargo é alvo de partidas do cenário. A Folha mostrou na semana passada que o órgão atrasou o pagamento de recursos de transporte escolar para todo país.

Com a nova regra de reajuste dos contratos, a estimativa é que a retomada de todas as obras custe R\$ 3,9

bilhões. O FNDE já desembolsou R\$ 2,3 bilhões nesses projetos interrompidos. Os maiores motivos para que obras públicas sejam interrompidas são erros em projeto de engenharia e interrupção de pagamentos por parte do governo federal.

Assim, de 5.600 obras de educação abandonadas pelo país, houve manifesta-

“A retomada depende em larga medida da proatividade dos entes federativos no levantamento e envio da correta documentação e cumprimento de todas as etapas e diligências”

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em nota

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1